

**PROBLEMAS DE MORAL E DISCURSO:
EM PAUTA O EMBATE ENTRE A CAUSA INDÍGENA E O AGRONEGÓCIO**

Ana Carolina VILELA-ARDENGI¹

Fernanda MUSSALIM²

Resumo: Este trabalho pretende, partindo de Paveau (2015), operar com a noção de virtude discursiva, para analisar os metadiscursos que circularam em torno do sambanredo de 2017 da escola de samba carioca Imperatriz Leopoldinense. Tomado como “acontecimento discursivo moral”, o referido samba foi atacado pelo setor do agronegócio que, em contrapartida, sofreu ataques dos militantes da causa indígena. Nesse contexto, conforme demonstramos por meio das análises, é o discurso do agronegócio que se apresenta como não virtuoso, na medida em que atenta contra os direitos humanos. Em nossa abordagem, mobilizaremos ainda, especialmente, as noções de ajuste à memória e decência discursiva.

Palavras-chave: Filosofia do discurso. Discurso. Moral. Causa indígena. Agronegócio.

Abstract: *The present work intends to operate with the notion of discursive virtue, following Paveau (2015), in order to analyze the metadiscourses that circulate around the 2017 samba-plot of Imperatriz Leopoldinense, a Rio de Janeiro samba school. Taken as a moral discursive fact, this samba was attacked by the agribusiness sector, which in turn was attacked by militants of the indigenous cause. Within this context, our analyses point to the agribusiness discourse as a non-virtuous one, insofar as it violates the human rights. Our approach particularly draws on the notions of memory alignment and discursive decency.*

Keywords: *Discourse philosophy. Discourse. Moral. Indigenous cause. Agribusiness.*

¹ Professora do Instituto de Linguagens (IL) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Cuiabá-MT. E-mail: vilela.ardenghi@gmail.com

² Professora do Instituto de Letras e Linguística (ILEEL) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia-MG. Bolsista Produtividade em Pesquisa (PQ) pelo CNPq. E-mail: fmussalim@gmail.com

Minha hipótese é que, no conjunto dos usuários de uma língua tomada nos contextos culturais, históricos e sociais, realmente existem critérios morais para a produção discursiva. (Marie-Anne Paveau)

Primeiras palavras

O carnaval carioca de 2017 ficou marcado – dentre tantas outras questões – por uma polêmica envolvendo o samba-enredo de uma das escolas de samba do seu grupo principal, a Imperatriz Leopoldinense. O referido samba intitulava-se “Xingu, o clamor que vem da floresta” e foi recebido pelos ruralistas como uma afronta ao agronegócio brasileiro.

No caso em tela, organizamos o *corpus* em torno das matérias, notas e vídeos, que trataram do samba-enredo da escola Imperatriz Leopoldinense, situando esses materiais em dois posicionamentos extremos, pró-agronegócio e pró-indígenas. O objetivo é, na esteira da concepção de virtude discursiva, tal como proposta por Paveau (2015), analisar esse conjunto de textos em torno da divulgação do referido samba-enredo, tomado como um “acontecimento discursivo moral”, que, nas palavras da autora, seria um “conjunto de comentários de ordem moral em torno de um discurso proferido” (PAVEAU, 2015, p. 216). O agronegócio aponta para os “desajustes” do samba-enredo, mas também sofre reações, vindas, especialmente, de militantes da causa indígena e, em alguma medida, da própria escola de samba. Toda essa produção metadiscursiva em torno do samba-enredo insere esse acontecimento em um espaço bastante interessante para testar a produtividade da teoria proposta por Paveau.

Nosso percurso contemplará, em um primeiro momento, considerações sobre algumas contribuições da autora para a teoria do discurso, não apenas para situar a entrada teórico-metodológica pela qual optamos neste artigo, mas também para apresentar, ao público brasileiro, um recente espaço de reflexão aberto para a Análise do Discurso. Em seguida, passaremos à análise do *corpus*, buscando operacionalizar, especificamente, a noção de virtude discursiva, tal como concebida por Paveau (2015). Nesta seção, optamos por realizar um batimento entre o processo analítico e a

apresentação dos conceitos mobilizados, no intuito de melhor relacionar tratamento de dados e mirante teórico. Por fim, procederemos às considerações finais.

As dimensões cognitiva e filosófica da Análise do discurso: um espaço aberto de reflexões

Marie-Anne Paveau, em recentes publicações, vem realizando um movimento de abertura da Análise do discurso em direção a novos campos do conhecimento. Abordaremos, nesta seção, dois momentos da empreitada teórica da autora que, apesar de constituírem propostas distintas, estão, de diversos modos, relacionados.

O primeiro momento diz respeito à publicação de seu livro *Os pré-discursos: sentido, memória e cognição* (2013). Nele, Paveau se propõe, a partir da formulação da noção de *pré-discurso*, a dotar a Análise do discurso de uma dimensão cognitiva, justificando que isso enriqueceria e renovaria as práticas de análise dos discursos.

Por dimensão cognitiva, a autora compreende “os processos de construção de conhecimentos e sua configuração no discurso a partir de dados recebidos pelos sentidos, pela memória e pelas relações sociais” (PAVEAU, 2013, p. 9). Suas referências teóricas, nas Ciências cognitivas, inscrevem-se na linha sociocultural, que concebe a cognição como um fenômeno discursivo, situado em contextos históricos e sociais. Mais especificamente, a autora se filia à corrente da *cognição distribuída*, que repousa sobre o pressuposto de que “a cognição deixa, por assim dizer, a ‘cabeça’ do indivíduo, para se tornar um fenômeno social e distribuído” (BISCHOFBERGER, 2002, *apud* PAVEAU, 2013, p. 9).

O foco da abordagem de Paveau (2013, p. 12) recai sobre o que ela chama de “determinações pré-linguísticas”, isto é, recai sobre dados anteriores à formulação da linguagem. Sua pretensão é debruçar-se sobre o problema da “caixa preta” das informações prévias “que informa os discursos e, sobretudo, sobre o ponto de articulação entre esses dados anteriores e as produções verbais”. A autora admite, pois, que os discursos se apoiam em saberes e crenças partilhadas, mas considera que, da perspectiva da Análise do discurso (mirante do qual faz sua proposta), a natureza desse

apoio ainda é pouco esclarecida. Com base nisso, postula a existência de *pré-discursos*, definindo-os com “um conjunto de quadros pré-discursivos coletivos (saberes, crenças, práticas), que dão instruções para a produção e para a interpretação do sentido no discurso” (PAVEAU, 2013, p. 130). O termo “pré-discurso”, portanto, não é imotivado; diz respeito a um tipo de anterioridade discursiva, que opera na negociação da partilha, da transmissão e da circulação do sentido nos grupos sociais: “o locutor dispõe de informações prévias, tratadas e estocadas antes de produzir discursos”, o que não impede que “essas informações sejam também construídas e negociadas no discurso, enquanto apresentadas como pré-discursivas” (PAVEAU, 2013, p. 20).

Um outro momento da empreitada teórica de Paveau, em que a autora realiza um movimento de abertura em direção a novos campos de conhecimento, está representado no livro *Linguagem e moral: uma ética das virtudes discursivas* (2015). Neste livro, Paveau trata das relações entre ética e linguagem ou, mais especificamente, da dimensão moral dos enunciados. Nesse espaço de reflexão, a teoria do discurso extrapola – mais uma vez, como ocorre por ocasião da formulação do conceito de *pré-discurso* – sua dimensão ideológica, hegemônica ao longo de toda a história da Análise do discurso de linha francesa, incluindo no horizonte de seus interesses questões de ordem moral, relativas às normas sociais, às “boas maneiras do dizer”, à moral languageira, enfim, ao que, de forma muito procedente, a autora se refere como *virtude discursiva*. Nesse horizonte, vislumbram-se questões como “o que pode ser percebido como ofensivo”, “o que pode ser concebido como moral/imoral”, “o que pode ser concebido como politicamente correto/incorreto” e assim por diante.

Mas que relações existem entre as propostas de consideração de uma *ética das virtudes discursivas* e da noção de *pré-discurso*? Duas relações parecem-nos bem evidentes. A primeira delas está relacionada à não presença de marcas explícitas desses fenômenos na materialidade linguística. Os sentimentos oriundos das normas sociais não estão inscritos nas palavras, nem nas construções sintáticas; são os juízos feitos dos enunciados que definem o caráter virtuoso ou não virtuoso do que se diz, e não a forma dos próprios enunciados. Nesse sentido, a problemática da *virtude discursiva*, como a dos *pré-discursos*, é da ordem do pré-linguístico, porque, apesar de sua natureza discursiva (observa-se a virtude ou a não virtude dos enunciados nos/pelos discursos –

nos/pelos processos metadiscursivos, por exemplo), a possibilidade de sua abordagem implica a consideração de conhecimentos anteriores à formulação da linguagem.

A segunda relação que nos parece relevante considerar diz respeito à implicação entre moral e juízo de valor, implicados na análise da *virtude discursiva*, e os saberes, crenças e valores, implicados no tratamento dos *pré-discursos*. A avaliação dos enunciados (o juízo de valor, o julgamento moral) sustenta-se sobre os saberes, as crenças e os valores que constituem os quadros *pré-discursivos* distribuídos intersubjetivamente nos grupos sociais. Há, pois, uma continuidade entre essas duas empreitadas teóricas de Paveau, que se situam, em última instância, na articulação entre a Análise do discurso e a cognição social – reservando, entretanto, à “ética das virtudes discursivas” o mérito de, ao mesmo tempo, propor elementos para uma ética do discurso acadêmico (relativa aos problemas de deformação das teorias, ao roubo de ideias, à requalificação ou atribuição errônea de conceitos, etc.); formular questões de ética à linguística (a questão da moralidade das palavras ou do discurso, por exemplo), não muito afeita às relações entre linguagem e moral; lançar as sementes para o diálogo entre a Análise do discurso e uma filosofia do discurso. Conforme esclarece a própria autora:

Meu procedimento nesta pesquisa será o de propor uma organização epistemológica das propostas da linguística, que consiste em incorporar uma reflexão filosófica que trata dos ambientes da produção verbal. Esse é o objetivo da filosofia do discurso, da qual proponho aqui uma descrição, antes de apresentar uma maneira de integrar o ético no linguístico, por meio do conceito de *virtude discursiva*. (PAVEAU, 2015, p. 187)

O conceito de virtude discursiva, como é possível perceber a partir desse trecho, é central na proposta de Paveau, que busca a integração do ético no linguístico. Por esse motivo, será, fundamentalmente, com base nessa noção que empreenderemos a análise do *corpus* recortado para este artigo. Entretanto, outros conceitos, tanto do quadro teórico proposto pela autora, quanto do quadro teórico proposto por Dominique Maingueneau, serão convocados ao longo da análise e oportunamente apresentados, fazendo valer, conforme já apontado, o batimento entre tratamento de dados e mirante teórico.

Análise de um “acontecimento discursivo moral”

Embora tenha sido divulgado ainda em 2016, foi em janeiro de 2017 que o samba-enredo da escola carioca Imperatriz Leopoldinense ganhou espaço nos noticiários nacionais. Diversos veículos de comunicação ligados ao agronegócio brasileiro vieram a público manifestar sua indignação e repudiar a escola pela escolha do tema. Foram programas de televisão, notas de associações ruralistas, pronunciamentos de representantes legislativos que pediam, inclusive, a abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para “descobrir” de onde viria o dinheiro que patrocinava o carnaval da escola. A escola reagiu, divulgou nota assinada por seu presidente e um vídeo em que seu carnavalesco, Cahe Rodrigues, tenta rebater os argumentos apresentados nos diversos meios – que, em geral, giravam em torno de poucas questões (porém significativas, de um ponto de vista discursivo).

Apresentamos a seguir, na íntegra, o samba-enredo, colocando em destaque os versos que foram alvo das manifestações contrárias por parte de representantes do agronegócio:

Brilhou a coroa na luz do luar!
Nos troncos a eternidade a reza e a magia do pajé!
Na aldeia com flautas e maracás
Kuarup é festa, louvor em rituais
Na floresta, harmonia, a vida a brotar
Sinfonia de cores e cantos no ar
O paraíso fez aqui o seu lugar
Jardim sagrado, o caraíba descobriu
Sangra o coração do meu Brasil
O belo monstro rouba as terras dos seus filhos
Devora as matas e seca os rios
Tanta riqueza que a cobiça destruiu!

Sou o filho esquecido do mundo
Minha cor é vermelha de dor
O meu canto é bravo e forte
Mas é hino de paz e amor!

Sou guerreiro imortal derradeiro
Deste chão o senhor verdadeiro

Semente eu sou a primeira
Da pura alma brasileira!

Jamais se curvar, lutar e aprender
Escuta menino, Raoni ensinou
Liberdade é o nosso destino
Memória sagrada, razão de viver
Andar onde ninguém andou
Chegar aonde ninguém chegou
Lembrar a coragem e o amor dos irmãos
E outros heróis guardiões
Aventuras de fé e paixão
O sonho de integrar uma nação

Kararaô, Kararaô, o índio luta por sua terra
Da Imperatriz vem o seu grito de guerra!

Salve o verde do Xingu, a esperança
A semente do amanhã, herança
O clamor da natureza a nossa voz vai ecoar
Preservar!

Como se nota pelo grifo acima³, não são muitos versos que estão no centro da polêmica suscitada pelo samba-enredo. Além deles, foram também alvo das críticas duas alas⁴ que a escola levou para a avenida: ala 09 (olhos da cobiça) e ala 15 (fazendeiros e seus agrotóxicos). É em torno desse debate que se situa o acontecimento a ser analisado aqui.

A proposta de Paveau (2015, p. 66) interessa-se, nas palavras da própria autora, pelo “valor moral dos enunciados em contexto”, por uma abordagem linguística que permita identificar enunciados virtuosos, isto é, que estejam de acordo com a *virtude discursiva*. Nesse sentido, Paveau (2015, p. 216) propõe uma definição para a virtude discursiva que a toma como “uma disposição do agente-falante para produzir enunciados ajustados aos valores subjacentes às inter-relações dos agentes, a maneira de dizer o estado das coisas e o modo de integrar-se na memória discursiva na qual se tecem os discursos de uma sociedade, em dado estado de sua história”. É preciso

³ O leitor poderá confirmar esta informação consultando as matérias e notas listadas ao final como referências do *corpus*. Além disso, o carnavalesco da Imperatriz Leopoldinense, Cahe Rodrigues, em vídeo-resposta divulgado em razão da polêmica gerada, afirma que foi, principalmente, “uma ala e alguns versos” que foram alvo das críticas. O vídeo pode ser acessado em <<https://www.youtube.com/watch?v=fCnp1rRVQPY>>. Acesso em: 3 ago. 2017.

⁴ Há algumas notícias que comentam uma terceira ala, mas, em geral, os comentários restringem-se às duas apresentadas.

destacar que a proposta de Paveau (2015, p. 226) considera que “a virtude discursiva manifesta-se nas disposições dos agentes em relação ao discurso coconstruído no ambiente”. A partir de tal definição a autora ainda esmiúça a noção, apresentando o que chama serem suas “propriedades”: i) existência; ii) disposição reflexiva; iii) plasticidade axiológica.

De maneira bastante resumida, as propriedades acima dão conta de que (i) há reações morais aos discursos, ou seja, a virtude dos discursos tem uma existência que, para Paveau (2015, p. 216), se dá nos ambientes cognitivos; (ii) os discursos são resultado de um ajuste aos agentes-falantes, que avaliam suas falas, inclusive antecipando possíveis efeitos que elas possam produzir; (iii) os valores são mutáveis, negociáveis e adaptáveis, de modo que um enunciado não virtuoso pode vir a ser virtuoso.

Ilustraremos inicialmente essas propriedades tomando um recorte do *corpus* constituído para este trabalho. Trata-se, na verdade, de um dos vídeos que viralizou a respeito do samba-enredo da escola carioca, em que a jornalista Fabélia Oliveira, no programa “Sucesso no campo”, da afiliada da TV Record em Goiás, falou por mais de cinco minutos contra os carnavalescos da referida escola⁵. A jornalista questiona o papel de “heróis” atribuído aos indígenas e reivindica esse papel para o “homem do campo”, assumindo-o, em sua fala, como o “verdadeiro” herói nacional:

(1) Os versos estariam perfeitos para descrever o homem do campo, o agricultor, o pecuarista. Não para descrever índios! Alguma coisa contra os índios? Não! Eles querem preservar a sua cultura? Estão corretos e eu sou em favor disso! Eles querem a mata para preservar a cultura deles? Pois então eles vão viver da cultura deles! Eu sou em favor dessa preservação se o índio for original. Agora, deixar mata reservada para comer de geladeira, isso não é cultura indígena, não. Eu sinto muito! A minha opinião pode chocar agora muitos brasileiros, mas se o índio quer preservar a cultura, ele não pode ter acesso à tecnologia que nós temos: ele não pode comer de geladeira, tomar banho de chuveiro e tomar remédios químicos. Porque há um controle populacional natural: ele vai ter que morrer de malária, de tétano, do parto... É! A natureza!
(transcrição nossa)

⁵ O vídeo pode ser acessado em: <<https://www.youtube.com/watch?v=krJrmxYshe4>>. Acesso em: 3 ago. 2017.

O excerto acima é bastante representativo não apenas em relação à polêmica em si, mas também no que tange à proposta de Paveau de se trabalhar com a noção de virtude discursiva. Primeiramente, em relação à *existência*, é inegável que houve uma reação de caráter moral ao discurso materializado no samba-enredo da Imperatriz, um discurso de defesa e valorização dos povos indígenas, em especial aqueles do Xingu. A reação *existe*, como propõe a autora, no âmbito cognitivo, justamente porque “as sociedades possuem codificações éticas das práticas da linguagem que distinguem os bons e os maus discursos” (PAVEAU, 2015, p. 131) e, diante de um “acontecimento discursivo moral”, conseguimos reunir comentários de tipo moral sobre o discurso proferido. Também no recorte apresentado é possível perceber que Fabélia materializa linguisticamente a sua *atitude reflexiva* quando diz que sua “opinião pode chocar agora muitos brasileiros”. Isso mostra que ela antecipa os possíveis efeitos que sua fala terá. Em termos de *plasticidade axiológica*, poderíamos exemplificá-la com a disputa do valor “heroísmo”: a jornalista não aceita que ele seja atribuído aos indígenas, mas defende que “os versos estariam *perfeitos* para descrever o homem do campo” (grifamos). Assim, vê-se aí materializado um processo de *negociação* desses valores, por parte da jornalista, que aponta, em certa medida, que o samba não é “virtuoso”.

Apresentadas como uma espécie de “referência” da virtude discursiva, essas três propriedades determinam, por assim dizer, os parâmetros que balizam a tomada da noção proposta como meio de articular linguagem e moral. Assim, a proposta de Paveau (2015) prevê, em última análise, três tipos de ajuste do discurso virtuoso – ou, correlativamente, de desajuste do discurso não virtuoso: i) ajuste a uma memória discursiva do ambiente em referência; ii) ajuste ao estado do mundo (ou à realidade); e iii) ajuste aos agentes. Iremos, especialmente a partir de (i) e (iii), analisar o *corpus* aqui constituído.

Moral e verdade: e quando o desajuste é fruto de um “erro de interpretação”?

Na polêmica em que se situa o “acontecimento discursivo moral” suscitado pelo samba-enredo da Imperatriz Leopoldinense, é possível organizarmos o cenário e

apresentá-lo a partir de dois grandes posicionamentos: aquele que defende o agronegócio, de um lado, e, de outro, aquele que defende a causa indígena. É a disputa entre “agro é bom” e “agro é tóxico”, respectivamente, se quisermos mencionar dois enunciados que condensam, no cenário contemporâneo, os posicionamentos aqui implicados. Esse modo de organização não terá impacto no objeto de nossas análises, uma vez que não estamos discutindo aqui a polêmica propriamente dita, mas a relação entre moral e linguagem a partir do quadro proposto por Paveau (2015). Nessa divisão binária, podemos situar, então, o *corpus* reunido da seguinte maneira:

Pró-agronegócio	Pró-causa indígena
16 notas de repúdio de diferentes entidades ligadas ao agronegócio (ABCZ, FAMASUL, APROSOJA – juntamente com FAMATO, ACRISMAT, AMPA, APROSMAT, APROSOJA BRASIL –, ABCB SENEPOL, ORPLANA, IBRAFE, FAEG, ACCS, ABRAPA, ANGUS, ASSOCITRUS, AIBA, FPA, ANDAV, ACRISUL, Novilho Precoce MS) ⁶	3 notícias de sites considerados à esquerda no espectro político (Justificando, da Carta Capital, Brasil de Fato e Diário do Centro do Mundo)
2 podcasts do radialista Fábio Mezzacasa de Sinop (replicado em diversos outros sites de notícias)	1 coluna do G1, da colunista Amelia Gonzalez.
1 Vídeo da jornalista Fabélia Oliveira	1 nota da própria escola de samba
2 vídeos do programa Mercado & Companhia, do Canal Rural.	1 vídeo do carnavalesco da Imperatriz, Cahe Rodrigues
3 notícias de sites ligados ao agronegócio (Beefpoint, Agron, Notícias Agrícolas)	
1 publicação de blog (Blog Código Florestal) também ligado ao agronegócio	

Há ainda inúmeros comentários às publicações reunidas, outras postagens em redes sociais – às quais se seguem outros tantos comentários – que, ainda que tenhamos reunido, não serão aqui objeto de análise, embora não escapem (e até reforcem) os posicionamentos explicitados nos dois lados considerados desta polêmica. Além disso, há duas notícias que compõem o *corpus* mas que não colocamos em nenhum dos lados por terem um *efeito* de neutralidade maior, não assumindo explicitamente nenhum dos

⁶ As siglas encontram-se listadas ao final deste artigo e as notas foram todas compiladas na notícia do site Agron, que consta das referências do *corpus*.

lados, mas expondo os dois posicionamentos através de falas de seus representantes: uma notícia do portal Terra e outra do site do Canal Rural⁷.

O caso em tela nos parece especialmente interessante de ser analisado à luz da proposta de Paveau (2015) porque, por um lado, é certo que estamos diante de um “acontecimento discursivo moral”, isto é, há um conjunto de textos reunidos, de metadiscursos que demonstram uma indignação moral diante de um dado enunciado, no caso, o samba-enredo. Por outro lado, há também outros metadiscursos que apontam para uma indignação moral em relação à reação dos setores do agronegócio ao samba-enredo em questão. Diante desse quadro, alguns questionamentos irão se impor durante as análises, uma vez que, se formos olhar restritivamente para a proposta de Paveau (2015), teríamos de dizer que o samba-enredo poderia/deveria ser considerado um enunciado não virtuoso em razão de um certo tipo de desajuste apontado nos enunciados que reagem a ele. Este, contudo, não parece ser o caso – ou, ao menos, não parece ser um caso prototípico, como veremos.

Dissemos acima que a polêmica era, na verdade, situada em torno de poucos versos do samba-enredo da Imperatriz, mais especificamente dos seguintes: “Sangra o coração do meu Brasil/ O belo monstro rouba as terras dos seus filhos/ Devora as matas e seca os rios/ Tanta riqueza que a cobiça destruiu!”. As reações ao samba-enredo apontavam, como uma espécie de crítica central, o fato de que a escola havia chamado o agronegócio de “belo monstro”. Vejamos alguns exemplos:

(2) Sobre o agro, chamado de “o belo monstro”, o samba diz “sangra o coração do meu Brasil, o belo monstro rouba as terras dos seus filhos, devora as matas e seca os rios. Tanta riqueza que a cobiça destruiu”. Haverá também uma ala chamada “os olhos da cobiça”. (Blog Código Florestal; grifamos)⁸.

(3) Na contramão da realidade, a escola de samba mostra um cenário distorcido e irresponsável, criando alas que generalizam as más práticas agrícolas e o desrespeito ao meio ambiente, como a Ala 09 – Olhos de Cobiça e a Ala 15 – Fazendeiros e seus agrotóxicos, além de trechos do samba onde o produtor é descrito como “belo monstro”, devorador de matas e rios, ladrão de terras e ambicioso. (Nota da Orplana; grifamos).

⁷ Vide referências do *corpus* ao final.

⁸ Optamos por não manter as referências do *corpus* em caixa alta para diferenciar das referências teóricas. Nesse mesmo sentido, também optamos por utilizar, nas citações presentes no corpo do texto, os nomes completos dos enunciadores responsáveis pelos materiais que compõem o *corpus* selecionado.

(4) Antes de mais nada, é preciso esclarecer e reforçar que o país do samba é sustentado pela pecuária e pela agricultura. *Chamados de “monstros” pela escola, nós, produtores rurais*, respondemos por 22% do PIB Nacional e, historicamente, salvamos o Brasil em termos de geração de renda e empregos. (Nota da ABCZ; grifamos).

(5) Assim, *chamar o agro de “belo” faz sentido, mas acusá-lo de ser “monstro” é inaceitável*. (Nota da Abrapa; grifamos).

Diante da repercussão dessas reações, a escola de samba divulgou nota e vídeo esclarecendo, dentre outras questões, que a referência de “belo monstro” não era o agro, mas a usina hidrelétrica de Belo Monte – dado que constava, aliás, da sinopse do samba disponibilizada na página da escola desde a divulgação:

(6) Até em função de certa confusão registrada em algumas dessas falas, ressaltamos e esclarecemos que no trecho de nosso samba “o Belo Monstro rouba a terra de seus filhos, destrói a mata e seca os rios” estamos nos juntando às populações ribeirinhas, às etnias indígenas ameaçadas, aos ambientalistas e importantes setores da sociedade que se posicionaram contra a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte. *Não é uma referência direta, portanto, ao agronegócio*, como alguns difundiram. (Nota da Imperatriz Leopoldinense; grifamos).

(7) Houve um grande engano por parte de todo o segmento do agronegócio que pegou a ala do agrotóxico e esse pedaço do samba e *vestiu uma carapuça* e deduziu ali que a escola estaria fazendo um movimento contra o agronegócio. (Cahe Rodrigues, em vídeo de resposta às críticas que a escola recebeu; grifamos).

Os excertos de (2) a (5) são exemplos da recusa de “monstro” para (des)qualificar o agronegócio ou, mais diretamente (como em 3 e 4), o próprio produtor rural. Trata-se de uma “metáfora virtualmente degradante” (PAVEAU, 2015, p. 249), o que faz com que haja aí um *desajuste à memória linguageira e discursiva*, que é prontamente identificado no ambiente cognitivo, colocando o samba-enredo no espaço de um discurso não virtuoso, dadas as reações a ele, também de acordo com a proposta de Paveau. No entanto, como mostram (6) e (7), não se trata de uma referência ao agronegócio ou aos produtores, mas à usina de Belo Monte. Ou seja, é fruto de um “mal-entendido”. O recorte (7), porém, coloca ainda uma outra questão: ao fazer uso da expressão “vestir a carapuça”, o carnavalesco “devolve” a responsabilidade ao próprio setor do agronegócio, que teria assumido a culpa sem que ela lhe tivesse, de fato, sido imputada (pela escola, vale dizer). Assim, se as referências do samba-enredo eram, para os seus autores,

Verso original	o belo monstro	rouba as terras	dos seus filhos
Referências para a escola	Usina de Belo Monte	Figurativamente, pois o governo desapropria as terras e realoca a população. No entanto, trata-se de ato unilateral, sem consulta à população.	Populações cujas casas seriam afetadas pela construção da usina – essencialmente populações ribeirinhas

para as associações que emitiram as notas e para demais veículos ligados ao agronegócio, as referências retomavam, no caso destes versos, algumas polêmicas bastante significativas para o setor nos últimos anos:

Verso original	o belo monstro	rouba as terras	dos seus filhos
Referências para o agro	O próprio agro ou os produtores	Terras em disputa com comunidades indígenas, em processo de demarcação	Populações indígenas, que têm lutado pelas demarcações

Em decorrência dessas referências assumidas pelo setor do agronegócio, um bom resumo da interpretação que, dessa posição, fazem do samba-enredo é o seguinte:

(8) A *afronta*, neste Carnaval, veiculada nos últimos dias pela escola de samba em questão, é *inaceitável* sob qualquer aspecto. *Colocar os nossos produtores agrícolas como vilões a serem combatidos, que destroem o meio ambiente e áreas indígenas, é de uma má-fé imperdoável.* (Nota do IBRAFE; grifamos).

Assim, o desajuste apontado aqui pelos metadiscursos coloca uma questão importante: haveria, de fato, um desajuste à memória, no mesmo sentido que apontado em Paveau (2015), isto é, neste caso, pelo uso de uma metáfora degradante (“monstro”)? A pergunta se coloca justamente – e isso torna a situação aqui particularmente interessante – porque esse desajuste é fruto de um “erro de interpretação” do lado “ofendido”! Ou, para nos valermos de um outro quadro teórico-metodológico, estaríamos diante de uma polêmica que, como tal, poderia ser explicada por meio de um processo de interincompreensão regrada (MAINGUENEAU, [1984] 2005).

Parece haver aí, então, dois problemas implicados: de um lado, o uso de “monstro” e, de outro, aquilo que o “monstro” faria (roubar terras, secar rios etc.).

Considerado o contexto da polêmica, o roubo de terras e os danos ao ambiente são, de fato, acusações que se fazem ao agronegócio pelos militantes da causa indígena, muito embora esse discurso não tenha sido totalmente incorporado no samba em tela. Assim, o desajuste referente a esse ponto seria em relação à realidade. Esse tipo de ajuste gira em torno do conceito de verdade, o que seria um problema para os analistas do discurso. Paveau (2015, p. 275), porém, afirma que esse ajuste é “em parte calculável ou descritível nos pré-discursos”, uma vez que se deveria “levar em conta a dimensão moral como componente do ambiente dos enunciados e compreender a partir de quais critérios eles são avaliados, inclusive por si mesmos, e, sobretudo, qual é o impacto dessa valoração moral sobre o sentido deles” (PAVEAU, 2015, p. 292). Nesse sentido, diremos aqui que o discurso do agronegócio não aceita como “verdadeira” a acusação de roubo de terras e destruição ambiental, o que colocaria o samba-enredo em desajuste à realidade. No entanto, mais uma vez, é preciso lembrar que essa leitura só é possível no interior da semântica da polêmica que se dá entre os posicionamentos do agronegócio e da causa indígena *lato sensu*. A Imperatriz Leopoldinense, contudo, coloca-se – especificamente em relação a esses versos – fora desse contexto, uma vez que aponta para uma outra referência: não é o agronegócio que rouba e destrói, mas a usina de Belo Monte.

“Chumbo trocado”: problematizando a decência discursiva

Ao tratar do ajuste aos agentes, Paveau (2015, p. 227) propõe a noção de decência discursiva, “que consiste em produzir discursos que não humilhem os agentes do ambiente e garantam também aos grupos potencialmente humilháveis uma espécie de aumento de proteção discursiva, de tal maneira que se conserve a ideia de ‘sociedade decente’”. Olhemos para a questão sob este prisma, então.

Se os representantes do posicionamento pró-agronegócio consideram que o samba-enredo apoia-se em “uma mentira” ou em “idiotices” (Miguel Daoud, Mercado & Companhia), que está “cheio de potocas”, aqueles, que defenderam e apoiaram a escolha e o samba da escola, consideram que o agronegócio faz parte de um “sistema que não

enxerga um palmo adiante dos cifrões” (Amelia Gonzalez, G1), que os ruralistas estão “acostumados a olhar apenas para o próprio umbigo, sem enxergar um palmo além da sua soja transgênica” (Alan Tygel, Brasil de Fato). Há, assim, um “fogo cruzado”, uma troca de ofensas mútua que ocupou espaço nas mídias nacionais.

Essa, digamos, “simetria” nas críticas de um lado e de outro está materializada também em torno da ideia de “desconhecimento”: ambos os lados se acusam de não conhecer “a realidade”. Nos programas de TV, comentaristas e apresentadores “convidam” os sambistas e seus defensores a conhecerem “tribos”, “aldeias”, “reservas”⁹, a conhecer o “verdadeiro” homem do campo, a “sustentabilidade” do agronegócio brasileiro. Do outro lado, fala-se em “ignorância, preconceito e ódio”, em “baixar um véu” sobre a questão – além das referências do parágrafo anterior que reforçam a mesma ideia.

Não é possível, contudo, sustentar que há uma “simetria” de fato entre ambos os posicionamentos. Naturalmente, o setor do agronegócio é economicamente poderoso e, além disso, política e socialmente influente no Brasil; o mesmo não ocorre com as diversas etnias indígenas. Prova disso é a “visita” que a Sociedade Rural Brasileira fez à escola carioca e cujo resultado foi o anúncio da mudança de nome da ala 15 de “Fazendeiros e seus agrotóxicos” para “Uso indevido de agrotóxicos”. Outro aspecto é que, em termos de uso linguageiro, um levantamento lexical, por exemplo, do *corpus* reunido mostra que o *ethos*¹⁰ agressivo do discurso do agronegócio contrapõe-se a um *ethos* mais argumentativo e por vezes irônico presente nos textos dos que defendem o samba-enredo da escola. O uso de termos como “potoca”, “idiotice”, “mentira”, “discurso medíocre” são alguns dos exemplos. O *ethos* típico do setor do agronegócio é, aliás, lembrado em diversos textos, ao se dizer, por exemplo, que o setor é um dos mais “*poderosos e furiosos* quando precisa fazer autodefesa”, que o samba “tem gerado *revolta* no setor” ou, ainda, quando se faz referência à “*ira dos produtores agrícolas*”. Além

⁹ Aqui fizemos questão de colocar entre aspas os termos usados pelos enunciadores (e, infelizmente, não há espaço aqui para uma discussão pormenorizada, já que não se trata do tema deste trabalho) porque cada um desses termos revela não apenas posicionamentos, mas graus de conhecimento e de engajamento na questão indígena no Brasil.

¹⁰ A noção de *ethos* dá conta, grosso modo, da voz que “sustenta” um texto, mesmo que escrito; trata-se do “tom” que dá autoridade ao que é dito no texto (MAINGUENEAU, 2002). Categoria do nível da enunciação, o *ethos* articula corpo e discurso: “a instância subjetiva que se manifesta através do discurso não se deixa perceber neste apenas como um estatuto, mas sim como uma voz associada à representação de um ‘corpo enunciante’ historicamente especificado” (MAINGUENEAU, 2006, p. 271).

disso, não há simetria também quando não são os representantes de ambos os lados que têm “voz”: em que espaços é possível “ouvirmos” os indígenas?

Lembramos a esse respeito do livro de Spivak (2010), *Pode o subalterno falar?*, que faz, já no título, um questionamento pertinente. De fato, devemos nos perguntar em que medida aqueles que estão colocados em uma posição contra-majoritária em nossa sociedade e, principalmente, os que estão à margem dessa estrutura têm, verdadeiramente, o direito de falar e ser ouvido. O próprio carnavalesco Cahe Rodrigues afirma, em entrevista ao Terra, que os indígenas são “um povo que sofre muito para manter seus princípios, *um povo que não tem voz*, não tem seus direitos respeitados” e que foi nesse intuito que se buscou “despertar a consciência das pessoas”. O que se vê, contudo, é que não apenas os indígenas não têm direito à voz, mas também aqueles que ousam lhes emprestar a sua para denunciar as suas mazelas são recebidos com a mesma agressividade:

(9) E aí vem uma escola de samba *mal informada, mal informada...* eu vou dizer por que vocês são mal informados: vocês falam dos índios... *vocês conhecem uma tribo indígena? Vá conhecer pra vocês terem ciência de que o problema do índio não é problema de produtor rural, não é problema de terra, é problema de cidadania. [...] Antes de vocês ovacionarem a questão indígena, vão conhecer uma reserva indígena. [...] Quem conhece uma reserva indígena sabe do que eu estou falando.* (Miguel Daoud, no programa Mercado & Companhia).

(10) Então, eu acho até válido mostrar nossas belezas naturais e falar da preservação, mas esse discurso *mediocre* já está bem ultrapassado, né? Isso é conversa sabe de quem? De gente que quer chamar a atenção *se dizendo* ambientalista, mas que *nunca nem pisou aqui na Amazônia pra ver como as coisas funcionam.* (Fábio Mezzacasa, áudio de programa de rádio comandado por ele).

(11) Agora, *eu já passei* em aldeias indígenas onde tivemos que pagar o maior pedágio que era cinco vezes superior ao tradicional e com estradas horríveis! E aí tá lá o índio de Rayban – não era falsificado não, tá? – Rayban espelhado, aparelho nos dentes, antena parabólica, caminhonete Hilux. Isso não é preservar! Isso não é heroísmo! (Fabélia Oliveira, no programa Sucesso no campo, da Record de Goiás).

(12) [...] essa campanha da sociedade rural brasileira, ela tem que mostrar a origem e a mentira desse samba-enredo. É uma mentira! Não existe! Índio é explorado, não tem cidadania, vive numa situação de penúria que quem conhece uma reserva indígena sabe do que eu estou falando, quem conhece o Brasil agrícola sabe que não é o produtor rural que desmata o Brasil, sabe que há punição para quem desmata... Então *para com essas besteiras, vocês precisam ir à merda*, porque é a única forma que tem de contestar *essa idiotice* de que o produtor rural... ele

está acabando com [corte no vídeo]. (Miguel Daoud, no programa Mercado & Companhia).

(13) Muito provavelmente, quem entoará o enredo e o repetirá no calor da catarse carnavalesca, *jamais conheceu o campo e ignora completamente* um dos maiores motivos de orgulho que qualquer brasileiro pode – e deveria – ter. (Nota da Abrapa, grifamos).

Os enunciados acima são repletos de exemplos de estruturas sintáticas, lexemas, expressões que apontam para o *ethos* agressivo a que nos referimos (cujo ápice seja talvez o “vocês precisam ir à merda”). Assumir um ponto de vista ético tal como o proposto por Paveau (2015, p. 312) implica analisar tais enunciados como sendo desajustados ou não virtuosos, na medida em que essa agressividade neles presente fere a ideia de decência discursiva definida pela autora. Sua proposta é, a esse respeito, bastante minimalista e considera que “discurso decente é o discurso no qual não só os agentes não se humilham mutuamente, mas que também é produzido num ambiente cujos valores não permitam a humilhação dos agentes”.

Generalizando um pouco a partir dos enunciados apresentados – mas sem cometer nenhuma injustiça – o discurso do agronegócio é, no que tange à questão indígena, desajustado em termos de decência discursiva, porque humilha, rebaixa os indígenas, porque defende seu extermínio enquanto povo (“tem que morrer de malária, de tétano, do parto”, como afirmou a jornalista Fabélia Oliveira). Trata-se de um discurso em desajuste, por exemplo, em relação ao discurso dos direitos humanos. O posicionamento da jornalista ecoa nos comentários e nos compartilhamentos alinhados ao discurso do agronegócio.

No entanto, como dissemos inicialmente, a polêmica instaurada nos parece particularmente interessante porque ela descortina um quadro, a partir do mesmo acontecimento, que coloca dois posicionamentos discursivos diametralmente opostos em cena acusando-se mutuamente a partir de enunciados de valor moral. Os recortes apresentados mostram que os desajustes detectados pelos metadiscursos em relação aos agentes não se encontram, digamos, num mesmo patamar. Embora Paveau cuide para tratar de casos que, inclusive, afetam pessoas e não grupos propriamente ditos, parece-nos que a própria ideia de “acontecimento discursivo moral”, apresentada pela autora, irá demandar um mínimo de “voz” e, claro, não parece haver como “blindar” o analista de certas valorações.

Memória e estereótipo

De volta à fala da jornalista Fabélia Oliveira – anteriormente recortada em (1) –, podemos encontrar ali a mobilização de um certo estereótipo do indígena, que ela chama de “índio original”, aquele que não teria mudado desde a chegada dos portugueses ao Brasil. Ao mesmo tempo, ela contesta uma representação do indígena como herói nacional, característica que ela deseja atribuir ao homem do campo, por sua vez retratado por um outro estereótipo: o do trabalhador braçal. Outros enunciados alinham-se a essa representação do “homem do campo”:

(14) Com o tema ‘XINGU - O CLAMOR QUE VEM DA FLORESTA’, o samba enredo e as fantasias da escola constroem um argumento onde o produtor rural é visto como destruidor, poluidor e violento e, nem de longe, representam o *homem do campo que trabalha em prol do desenvolvimento do país*. (Nota da FAMASUL; grifamos).

(15) Não podemos tolerar calados que a produção agrícola e seus trabalhadores sejam atacados e os defendemos junto às demais entidades que também defendem estes *heróis brasileiros e que enfrentam todo tipo de dificuldades enquanto se desgastam em produzir nossos alimentos*. Isso sem mencionar tecidos para roupas, toalhas, etc., couro para sapatos, bolsas, etc., entre inúmeros outros itens. (Nota do IBRAFE; grifamos).

(16) O produtor rural, faça sol ou faça chuva, *cumpra sua missão de fazer chegar à mesa do brasileiro o sagrado alimento*. Não podemos, portanto, em nenhuma hipótese, admitir ser réu de acusações caluniosas. Com muita garra e determinação fizemos do Brasil o grande “Celeiro do mundo”. (Nota da ABCB SENEPOL; grifamos).

(17) Seu moço escreveu um samba desentendido
Dizendo que eu, produtor, faço mal,
Trabalho, sou destemido, e agora me julga um animal irracional? (Versos de poema de Lidiane Rosseto, divulgado pelo site Notícias Agrícolas; grifamos).

(18) Com atraso de quase dois séculos, a agremiação carnavalesca resgatou do Nacionalismo Romântico o herói indígena, tão bem forjado por José de Alencar em sua obra *O Guarani*, e o transpôs, sem qualquer atualização, para os holofotes da Marquês de Sapucaí, com propagação maciça na mídia. *Contra esse herói brasileiro – o “bom selvagem” ingênuo e puro – elegeu como vilão o agricultor e todo o agronegócio, acusando-o de roubar as terras dos índios, destruir as matas e secar os rios*. (Nota da ABRAPA; grifamos).

As representações do homem do campo presentes nos excertos acima visam a deslocar, portanto, a “ancoragem” do herói nacional, e isso está relacionado a uma certa memória discursiva que assume o indígena como essa figura heroica de nossa história, uma das figuras “responsáveis” pela formação do povo brasileiro – memória, aliás, que o samba-enredo também atualiza, de certa forma. Os representantes do discurso do agronegócio, porém, recusam essa filiação, e buscam reescrevê-la, alçando o homem do campo ao posto de “herói nacional”, aquele que é o responsável não apenas pela produção de alimentos, mas também, por meio dela, responsável pelo desenvolvimento nacional (percentual do PIB). Esse argumento é reforçado também nos enunciados em que se coloca o índio como improdutivo; ou seja, em uma perspectiva puramente econômica, os indígenas¹¹ seriam “dispensáveis”, na medida em que não “produzem”, não geram riquezas para o PIB:

(19) A população indígena tem hoje mais terras do que o agronegócio. *E o que eles produzem?* Aqui em Santa Catarina os exemplos que temos de indígenas não são bons, estes não querem mais viver no seu *habitat natural* com seus próprios recursos, querem viver no mato, mas com celular, internet banda larga, carros 4x4 e tudo isso pago com o dinheiro do contribuinte e do agronegócio. (Nota da ACCS; grifamos).

Não produzem e vivem às custas de “outros”. Que outros? Do “contribuinte”, ou seja, dos que pagam impostos, e do “agronegócio”, que produz riquezas para o país. O excerto chama a atenção ainda pelo uso da palavra “habitat”. Embora, por definição, refira-se à área em que *seres vivos* conseguem viver, buscar alimentos etc., sabemos que é utilizada quase que exclusivamente para seres vivos *não humanos*. Assim, ainda que sutilmente, vemos materializado ali um processo de “desumanização”, em que se separam os indígenas dos demais seres humanos¹².

Contraposta a tal representação, o produtor rural seria, pois, herói, uma vez que, segundo esse posicionamento, é responsável pelo crescimento, pelo desenvolvimento do

¹¹ Não apenas os indígenas, mas também outras minorias que não são objeto deste trabalho, são tachados de improdutivo. A esse respeito, poderíamos lembrar, por exemplo, a polêmica declaração de Jair Bolsonaro, na sede do clube Hebraica, no Rio de Janeiro, em 04/04/2017: “Eu fui num quilombo. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. *Não fazem nada*. Eu acho que nem para *procriador* ele serve mais. Mais de R\$ 1 bilhão por ano é gasto com eles” (grifamos).

¹² A declaração de Jair Bolsonaro citada na nota anterior também é exemplo desse processo: o parlamentar usa o termo “arroba”, unidade de medida de peso usada, em geral, para animais.

país. Esse argumento é, porém, contestado pelo posicionamento contrário, que o considera “falacioso”:

(20) O primeiro argumento é o mais débil de todos; sabemos que a grande massa de produção agrícola se concentra nas *commodities* de exportação (soja, milho para ração, cana-de-açúcar), e o Censo Agropecuário de 2006 mostrou que 70% dos alimentos que chegam à nossa mesa vêm da agricultura familiar, mesmo tendo ela direito à apenas 24% das terras. Portanto, esse argumento é claramente falacioso.

Em relação ao PIB, a análise é um pouco mais profunda, mas o argumento não é menos falacioso. Em primeiro lugar, precisamos entender que o PIB representa o conjunto de riquezas produzidas pelo país. Não fala sobre distribuição de renda, nem geração de empregos. Não se importa no bolso de quem essa riqueza vai parar. (Alan Tygel, Brasil de Fato).

Há, assim, uma espécie de disputa em torno da representação do “herói nacional” e da sua legitimidade. As inscrições discursivas são, contudo, absolutamente discrepantes: se, para o discurso do agronegócio, o “verdadeiro” herói nacional seria aquele responsável, em última análise, pela geração de riquezas para o país (com seu trabalho de sol a sol), para o discurso militante da causa indígena, a ancoragem se dá numa matriz mais cultural e ambientalista, de modo que seriam os indígenas os heróis, por resistirem a tantas investidas contra sua existência *humana*, pela sua relação com o meio ambiente em que predomina a complementaridade, a não exploração ou, em uma palavra, a sustentabilidade, justamente um dos golpes (a questão do uso de agrotóxicos) mais “sentidos” pelos ruralistas.

A partir dos estereótipos colocados em cena, especialmente pelo discurso do agronegócio, teríamos, de um lado, o “índio original” – que viveria em seu *habitat* e não poderia *usar tecnologia* produzida pela inventividade *humana* – e, de outro lado, o “homem do campo” – que *trabalha* o solo –, cria animais e assim *alimenta* os demais brasileiros e *produz riquezas* para o país.

Diante das análises conduzidas até aqui, é possível dizer que para os metadiscursos que reagem negativamente ao samba-enredo da Imperatriz, enunciados pelos representantes do agronegócio, há um desajuste à memória, na medida em que discutem o valor “heroísmo”. Ao mesmo tempo, entretanto, essa memória, evocada pelos

enunciadores “pró-agronegócio”, coloca os indígenas em lugar não humano, ao qual não se poderia, por isso mesmo, atribuir o papel de herói. Nesse sentido, haveria, aqui também, um desajuste à memória, por se tratar de discurso que fere os direitos humanos: os indígenas não podem ser considerados como não humanos. Dessa perspectiva, o discurso do agronegócio apresenta-se como um discurso não virtuoso, considerando as condições históricas de sua produção.

À guisa de conclusão...

As contribuições da proposta de Paveau (2015) para a incorporação da dimensão moral nos estudos discursivos parece-nos incontestável. Em seu percurso teórico, a autora não apenas aponta o “vácuo” existente nos estudos de linguagem em relação ao tratamento da questão, mas ainda analisa tentativas, anteriormente empreendidas, que acabaram por cair em certas armadilhas. É, pois, em função desse percurso cauteloso, que Paveau propõe uma teoria bastante “amarrada”, mas que ainda (como toda boa teoria) impõe cuidados para o analista, afinal, estudar a moral a partir de sua assunção como discurso exige um certo gosto por “viver perigosamente” (mesmo que nos proponhamos a estudar o discurso da moral como se estudam os discursos sobre a mulher, por exemplo). Um dos caminhos seguros para essa empreitada seria, tal como proposto pela própria autora, identificar um acontecimento discursivo moral que não se reduza a uma indignação particular, mas que seja representativo de um conjunto mínimo de metadiscursos de cunho moral. Trata-se, em última instância, de garantir que a pesquisa seja sustentável do ponto de vista metodológico, uma vez que o analista tem que justificar, minimamente, a relevância histórica, analítica e explicativa do *corpus* de análise.

O trabalho, proposto e realizado neste artigo, parte de um acontecimento discursivo moral – tal como proposto por Paveau (2015). Entretanto, deparamo-nos, ao longo das análises, com uma inquietação que desejamos aqui compartilhar com o leitor, a fim de que possamos contribuir para o refinamento da teoria. Tal inquietação pode ser traduzida pela seguinte questão: por que, mesmo diante de um quadro que, do ponto de

vista teórico-analítico, deveria apontar para o samba-enredo como “não virtuoso” (em função dos inúmeros metadiscursos contrários produzidos a seu redor), era, na verdade, o discurso do agronegócio que, considerando suas condições históricas de produção, ia pouco a pouco se delineando como tal?

Uma resposta aceitável a essa questão deve considerar, minimamente, dois aspectos: a memória e a decência discursivas. Assim, considerando esses aspectos, arriscamos a formular uma hipótese (para nós, forte): a luta por ocupar um lugar em uma sociedade não pode passar (ou não deveria) pelo aniquilamento do “oponente”. A “anti-ética” do aniquilamento (mesmo quando não explicitamente assumida – embora às vezes o seja, como o fez a jornalista Fabélia Oliveira) parece fazer parte, em nossa sociedade, de certas zonas de fala de natureza atópica: há certos discursos aos quais é negada a visibilidade social. Esse seria o caso do discurso pornográfico (cf. MAINGUENEAU, 2010), do canibalismo, da pedofilia e do extermínio, para citar apenas alguns exemplos. A natureza atópica desses discursos faz com que, quando percebidos como fundamentos de juízos morais (como *pré-discursos*, portanto), sejam, quase que unanimemente, reconhecidos como “não virtuosos”. Um dos flancos de pesquisa que se abre, pois, para os pesquisadores que buscam esclarecer a relação entre linguagem e moral é a consideração da natureza dos discursos (e dos *pré-discursos*) mobilizados.

Referências

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Discurso literário**. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **O discurso pornográfico**. São Paulo: Parábola, 2010.

_____. **Gênese dos discursos**. Curitiba: Criar, 2005.

PAVEAU, M-A. **Linguagem e moral: uma ética das virtudes discursivas**. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

_____. **Os pré-discursos: sentido, memória, cognição**. Campinas: Pontes, 2013.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Referências de *corpus*

Comunicado oficial do carnavalesco Cahê Rodrigues sobre o enredo da Imperatriz.

Carnaval Interativo. 04min48s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fCnp1rRVQPY>>. Acesso em: 3 ago. 2017.

ENREDO da Imperatriz em defesa dos índios gera polêmica no Carnaval do Rio. **Terra**, 22 jan. 2017. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/enredo-da-imperatriz-em-defesa-dos-indios-gera-polemica-no-carnavaldorio,169aa5af5a9f2252f6f9d8f5a2993aa1u4b2xg2n.html>>. Acesso em: 3 ago. 2017.

ESCOLA de samba criticará o agro no carnaval 2017. **Blog Código Florestal**, 4 jan. 2017. Disponível em: <<http://www.codigoflorestal.com/2017/01/escola-de-samba-criticara-o-agro-no.html>>. Acesso em: 3 ago. 2017.

ESCOLA de samba Imperatriz Leopoldinense criticará o agronegócio no carnaval 2017. **BeefPoint**, 5 jan. 2017. Disponível em: <<http://www.beefpoint.com.br/cadeia-productiva/giro-do-boi/escola-de-samba-imperatriz-leopoldinense-criticara-o-agronegocio-no-carnaval-2017/>>. Acesso em: 3 ago 2017.

GONZALEZ, A. A polêmica do samba da Imperatriz entre os produtores agrícolas. **G1**, 13 jan. 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/natureza/blog/nova-etica-social/post/polemica-do-samba-da-imperatriz-entre-os-produtores-agricolas.html>>. Acesso em: 3 ago. 2017.

IGLECIO, P. Ronaldo Caiado quer CPI de samba-enredo que homenageia indígenas. **Carta Capital**, São Paulo, 12 jan. 2017. Justificando. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2017/01/12/ronaldo-caiado-quer-cpi-de-samba-enredo-que-homenageia-indigenas/>>. Acesso em: 3 ago. 2017.

IMPERATRIZ Leopoldinense divulga nota oficial sobre samba-enredo criticado pelo agronegócio. **Canal Rural**, São Paulo, 13 jan. 2017. Disponível em: <<http://www.canalrural.com.br/noticias/noticias/imperatriz-leopoldinense-divulga-nota-oficial-sobre-samba-enredo-criticado-pelo-agronegocio-65580>>. Acesso em: 3 ago. 2017.

Jornalista detona samba da Imperatriz contra o agronegócio. Plantão News. Recorte do Programa Sucesso no campo (TV RECORD-GO). 05min48s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=krJrmxYshe4>>. Acesso em: 3 ago. 2017.

LETRA-vídeo polêmico: samba da Imperatriz Leopoldinense. **Agron**, 7 jan. 2017. Disponível em: <<http://www.agron.com.br/publicacoes/noticias/agencia-agron/2017/01/07/052525/letra-video-polmico-samba-da-imperatriz-leopoldinense.html>>. Acesso em: 3 ago. 2017.

LIDERANÇAS do agro repudiam samba enredo da Imperatriz Leopoldinense. **Notícias agrícolas**, 9 jan. 2017. Disponível em: <<https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/agronegocio/185126-carnavalesco-da-imperatriz-leopoldinense-diz-que-nao-queria-ofender-o-agronegocio.html#.WU6Wu1L OpE4>>. Acesso em: 3 ago. 2017.

NOGUEIRA, K. Por que o samba enredo da Imperatriz Leopoldinense gerou ódio e revolta no agronegócio. **Diário do Centro do Mundo**, 11 jan. 2017. Disponível em: <<http://www.diariodocentrodomundo.com.br/por-que-o-samba-enredo-da-imperatriz-leopoldinense-gerou-odio-e-revolta-no-agronegocio/>>. Acesso em: 3 ago. 2017.

TYGEL, A. Imperatriz acerta em cheio umbigo do agronegócio. **Brasil de Fato**, 12 jan. 2017. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/01/12/imperatriz-acerta-em-cheio-umbigo-do-agronegocio/>>. Acesso em: 5 jun. 2017.

Vídeo polêmico. Agron. Recorte do programa Mercado & Companhia (Canal Rural). 4min05s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3XTvjppcOx4>>. Acesso em: 3 ago. 2017.

Lista de siglas

ABCB Senepol	Associação Brasileira dos Criadores de Bovino Senepol
ABCZ	Associação Brasileira dos Criadores de Zebu
ABRAPA	Associação Brasileira dos Produtores de Algodão
ACCS	Associação Catarinense dos Criadores de Suínos
ACRISMAT	Associação dos Criadores de Suínos de Mato Grosso
ACRISSUL	Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul
AIBA	Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia
AMPA	Associação Mato-grossense dos Produtores de Algodão
ANDAV	Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários
Angus	Associação Brasileira de Angus
APROSMAT	Associação dos Produtores de Sementes de Mato Grosso
APROSOJA	Associação dos Produtores de Soja de Milho de Mato Grosso
APROSOJA Brasil	Associação dos Produtores de Soja do Brasil
ASSOCITRUS	Associação Brasileira de Citricultores
FAEG	Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás
FAMASUL	Federação de Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul

FAMATO		Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso
FPA		Frente Parlamentar da Agropecuária
IBRAFE		Instituto Brasileiro do Feijão
Novilho	Precoce	Associação Sul-matogrossense de Produtores de Novilho Precoce
MS		
ORPLANA		Organização de Plantadores de Cana da Região Centro-Sul do Brasil